



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.



RELATÓRIO E CONTAS

PERÍODO DE 2013



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Relatório e Contas do Período de 2013

- 1 Relatório do Conselho Diretivo**
- 2 Demonstrações Financeiras**
- 3 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**
- 4 Relatório de Auditoria**



RELATÓRIO DO CONSELHO DIRETIVO

1	Introdução	5
2	Evolução da atividade profissional	5
3	Atividades desenvolvidas	6
3.1	Órgãos Sociais	6
3.1.1	Assembleia Geral	6
3.1.2	Conselho Superior	6
3.1.3	Bastonário	7
3.1.4	Conselho Diretivo	7
3.1.5	Conselho Disciplinar	7
3.2	Departamentos	8
3.2.1	Departamento Técnico	8
3.2.2	Departamento de Formação e Publicações	10
3.2.3	Departamento de Qualificação e Atividade Profissional	13
3.2.4	Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão	18
3.2.5	Comissão de Acompanhamento do Código de Ética	22
3.3	Secção Regional do Norte	22
3.4	Outras atividades desenvolvidas	23
3.4.1	Participação no CNSA	23
3.4.2	Relações Institucionais	23
3.4.3	Relações Internacionais	23
3.4.4	XI Congresso dos Revisores Oficiais de Contas	24
3.4.5	Outros Eventos	25
4.	Recursos Humanos	27
5	Análise económica e financeira	27
5.1	Análise económica	27
5.1.1	Rendimentos e ganhos	27
5.1.2	Gastos e perdas	29
5.2	Evolução dos fundos patrimoniais	30
5.3	Execução do orçamento corrente	31
5.3.1	Perspetiva global	31



5.3.2	Execução do orçamento de rendimentos	31
5.3.3	Execução do orçamento de gastos	32
5.4	Análise financeira	32
5.5	Execução do orçamento de investimentos	32
6	Perspetivas futuras	33
7	Proposta de aplicação dos resultados	33
8	Homenagem póstuma	33
9	Agradecimentos	34



RELATÓRIO DO CONSELHO DIRETIVO

1 Introdução

Nos termos do que dispõe a alínea f) do nº 1 do artigo 30º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro, vem o Conselho Diretivo submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Geral o Relatório e Contas do período findo em 31 de dezembro de 2013.

Pretende-se com este documento proceder a uma síntese da atividade desenvolvida pela Ordem durante o ano de 2013, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspetivas da sua evolução futura.

2 Evolução da atividade profissional

A profissão registou um aumento líquido de 38 Revisores Oficiais de Contas (ROC), refletindo o efeito conjugado da admissão de 55 novos membros, do cancelamento de 11 inscrições e de 6 falecimentos. A maioria dos membros que se inscreveram são ROC sem atividade, o que reflete o ambiente económico adverso que se viveu no ano de 2013.

Nos quadros seguintes apresenta-se uma síntese do número de ROC inscritos, em confronto com os anos de 2012 e de 2011, mantendo-se a tendência de se organizarem em sociedade.

ROC	2013	2012	2011	Variação face a 2012	
				Nº	%
Sem atividade	403	376	334	27	7.18%
Suspensos	119	114	103	5	4.39%
Não suspensos	284	262	231	22	8.40%
Com atividade	908	897	887	11	1.23%
A título individual	210	219	223	-9	-4.11%
Sob contrato de prestação de serviços	113	115	116	-2	-1.74%
Como Sócios de SROC	585	563	548	22	3.91%
Total	1.311	1.273	1.221	38	2.99%



A evolução verificada no número de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC) consubstancia o anteriormente referido como se constata no quadro seguinte:

SROC	2013	2012	2011	Variação face a 2012	
				Nº	%
Número de Sociedades	225	208	198	17	8.17%

Salienta-se o crescimento de cerca de 8% de SROC o que evidencia a continuada preocupação dos ROC em exercerem a atividade de uma forma progressivamente mais estruturada e com melhores condições organizacionais para o exercício da profissão, em resposta à crescente exigência do mercado em termos de serviços de auditoria e outros serviços de interesse público.

3 Atividades desenvolvidas

3.1 Órgãos Sociais

3.1.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral da OROC reuniu em 28 de março de 2013 para analisar, discutir e votar o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2012 e em 19 de dezembro de 2013 para apreciar, discutir e votar o Plano de Atividades e Orçamento para 2014.

A Assembleia Geral de 28 de março aprovou a alteração aos estatutos da Ordem, na sequência da publicação da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, relativa ao regime jurídico das associações profissionais. Os estatutos foram submetidos ao Governo no dia 5 de março de 2013, cumprindo o prazo estipulado no referido diploma, tendo a Ordem posteriormente prestado o apoio necessário aos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho do Governo nomeado para esse efeito. Aguarda-se a aprovação dos novos estatutos pela Assembleia da República.

3.1.2 Conselho Superior

Durante o ano de 2013 o Conselho Superior procedeu à apreciação, discussão e emissão de parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2014.



3.1.3 Bastonário

O Bastonário, para além de presidir ao Conselho Diretivo, representou a OROC em várias instâncias e eventos nacionais e internacionais, dirigiu os serviços da Ordem e assegurou a direção da revista *Revisores e Auditores*, tendo ainda exercido as demais competências que a lei e os regulamentos lhe conferem.

3.1.4 Conselho Diretivo

Durante o ano de 2013, o Conselho Diretivo reuniu quinzenalmente, tendo, no âmbito das suas atribuições estatutárias, tomado as deliberações que considerou adequadas. De uma forma geral, é possível afirmar que as atividades previstas para o ano de 2013 foram globalmente realizadas, em cumprimento do Orçamento aprovado.

3.1.5 Conselho Disciplinar

O Conselho Disciplinar reuniu regularmente durante o período para apreciar, inquirir, discutir e deliberar sobre os processos em curso da sua competência.

O movimento ocorrido nos processos disciplinares e nos processos de inquérito no ano de 2013, foi o seguinte:

Natureza	Nº de processos	Arquivados	Convertidos em PD	Sancionados	Transitados para 2014
Processos de Inquérito	5	3	1		1
Transitados de 2012	2	2	-		-
Instaurados em 2013	3	1	1		1
Processos Disciplinares	44	4		16	24
Transitados de 2012(*)	23	3		13	7
Instaurados em 2013	21	1		3	17

(*) 3 processos encontram-se suspensos a aguardando produção de melhor prova



Aos processos disciplinares sancionados aplicaram-se as seguintes penas:

Escala das penas aplicadas	Nº de processos	Natureza da infração		
		Qualidade do trabalho	Ética e deontologia	Incompatibilidades
Advertência	1	-	1	-
Advertência registada	1	-	1	-
Multa de €1.000 a €2.499	1	-	1	-
Multa de €2.500 a €3.999	4	2	2	-
Multa de €4.000 a €5.499	1	-	-	1
Multa de €5.500 a €6.999	1	1	-	-
Multa de €7.000 a €8.499	3	3	-	-
Multa de €8.500 a €10.000	1	-	-	1
Censura	-	-	-	-
Suspensão de 2 anos	3	3	-	-
	16	9	5	2

3.2 Departamentos

3.2.1 Departamento Técnico

O Departamento Técnico e as suas Comissões Técnicas especializadas continuaram a estudar, analisar e a discutir assuntos de natureza técnica de diversos setores de atividade e de interesse para a atuação dos ROC, tendo efetuado estudos, pareceres, informações e outros por iniciativa do Conselho Diretivo, por iniciativa própria ou por solicitação de terceiros.

Foram emitidos vários pareceres técnicos e documentos de natureza equivalente, destinados a dar resposta às solicitações provenientes de ROC e de outras entidades, quer de origem nacional, quer internacional.

Reportam-se de seguida, e em concreto, as atividades mais relevantes desenvolvidas no decurso do período económico.

Manual do ROC

Continuou a reforçar-se o conteúdo do Manual do ROC com informação relevante para a atividade. Neste sentido, houve a preocupação de manter atualizada a legislação mais significativa para todos os setores de atividade, bem como a inserção de material técnico com interesse para a profissão.



Sítio na *internet*

Procedeu-se à atualização regular do sítio na *internet* com notícias/destaques mais significativos para a profissão incluindo informações de carácter relevante aplicável. Entre outras matérias destacam-se, naturalmente, as relativas à contabilidade e à auditoria das entidades em geral, e a sua evolução ao longo de todo o ano nomeadamente a nível europeu com a revisão das Diretivas da Contabilidade e da Auditoria.

CNC - Setor Público

A OROC participa na Comissão de Normalização Contabilística, tendo um dos seus representantes sido nomeado em 2013 Coordenador do Comité de Normalização Contabilística Pública.

Em 2013, a OROC traduziu e publicou o Manual das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, emitidas pela IFAC, tendo essa tradução contado com a colaboração do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

Normas Internacionais de Revisão e Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados

Na sequência da publicação em 2010 do volume I do Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados da IFAC, a OROC traduziu e publicou em 2013 o volume II do mesmo Manual agora dedicado às normas de trabalhos de revisão e outros trabalhos de garantia de fiabilidade.

Atividade a nível internacional

A Ordem fez-se representar em diversas reuniões e conferências internacionais onde destacamos as seguintes:

- Conselho da FEE – em Bruxelas, em março, junho, outubro e dezembro;
- Conselho da FCM – em Roma, em junho, setembro e novembro;
- Fórum organizado pela ICAEW (Accounting Professions Strategic Forum) – em Sofia, em abril
- Working Parties (WP) da FEE:
 - *Auditing WP* - em fevereiro, maio e novembro;
 - *Tax WP* – em abril e outubro;
 - *Accounting WP* – em dezembro.

Em março de 2013, participámos, em conjunto com outros membros da FEE, nas reuniões de acompanhamento e *due diligence* à Organização Profissional da Turquia (TURMOB) que antecederam a sua admissão na FEE.

A Ordem esteve ainda representada como orador na Conferencia da FCM na Albânia.

Este Departamento esteve igualmente envolvido no estabelecimento de relações de cooperação com outros países, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa, conforme referido no parágrafo 3.4.3, e participou nas ações que têm conduzido à realização de cursos de formação nesses países.

3.2.2 Departamento de Formação e Publicações

Formação Contínua

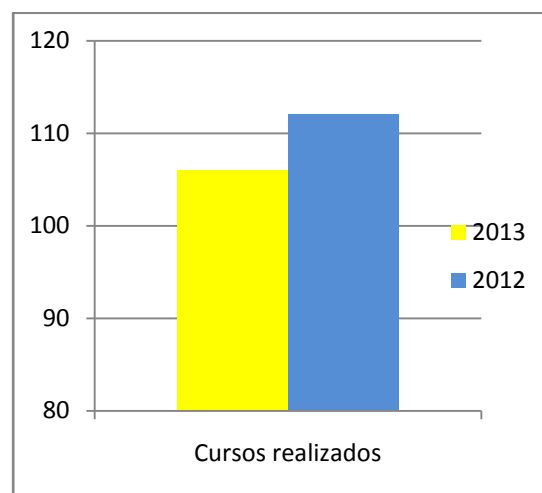
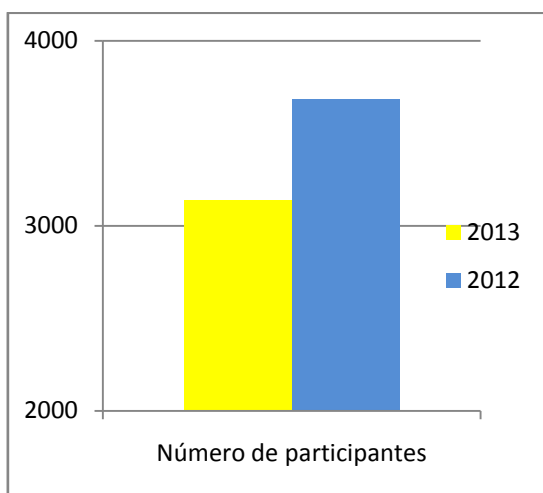
Tendo em consideração os objetivos da formação contínua da OROC, nomeadamente proporcionar aos ROC e seus colaboradores atualização dos seus conhecimentos para um adequado exercício da profissão e aumento das suas competências, o ano de 2013 foi caracterizado pela manutenção de uma oferta formativa diversificada por parte da Ordem.

Durante 2013 reforçou-se o número de ações de formação nas áreas de Auditoria (de 35 em 2012 para 41 em 2013) e Fiscalidade (de 26 em 2012 para 28 em 2013), tendo-se verificado uma redução nas ações de formação promovidas na área de Contabilidade.

Pela comparação dos elementos entre 2012 e 2013, verifica-se uma redução de 5% no número de ações de formação promovidas (de 112 ações em 2012 para 106 ações em 2013). Observa-se também uma diminuição de 15% no número de participantes (de um total de 3.681 participantes em 2012 para 3.141 participantes em 2013). Durante 2013, foram cancelados 6 cursos que se encontravam previstos devido ao reduzido número de inscrições.

Apresentamos de seguida o resumo de alguns indicadores referentes à formação contínua no decurso do período de 2013 e comparação com o período anterior:

Ano	2013	2012
Cursos realizados	106	112
Número de participantes	3.141	3.681
Horas de formação cursos	684	716
Total horas de formação	19.262	22.852



Os cursos realizados em 2013 focaram as seguintes áreas temáticas:

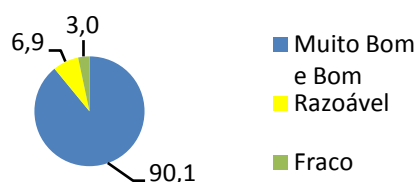
Ano	2013		2012	
	Nº cursos	Horas	Nº cursos	Horas
Auditoria	41	8.563	35	7.942
Contabilidade	25	3.585	39	5.880
Fiscalidade	28	5.053	26	6.271
Direito	4	1.015	4	589
Outros	8	1.046	8	2.170
Total	106	19.262	112	22.852

Participaram nos cursos de formação acima referidos ROC, colaboradores de ROC, membros estagiários, formandos do Curso de Preparação para ROC e quadros de empresas ou de outras entidades.

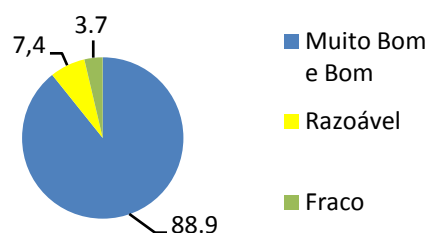
Dos questionários de satisfação respondidos pelos formandos no final dos cursos de formação retiram-se os seguintes resultados:



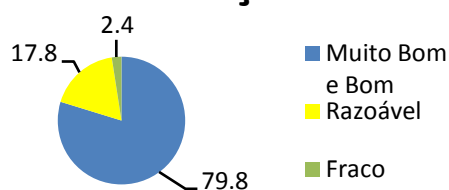
Utilidade Profissional



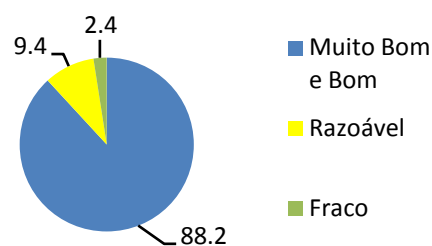
Formadores



Secretariado e Instalações



Conteúdo curso



É de realçar as boas avaliações atribuídas pelos participantes nas sessões de formação, nomeadamente o facto de 90.1% considerarem Muito Boa e Boa a “Utilidade Profissional” dos cursos e 88.2% considerarem Muito Bom e Bom o “Conteúdo dos Cursos” de formação.

Comissão de Formação

Foram recebidos 66 pedidos de certificação de formação profissional. A Comissão de Formação avaliou, quanto ao nível científico e técnico, os processos e tomou as seguintes deliberações:

Resultado da apreciação dos processos	Número de processos
Certificada	57
Validada mas não certificada	3
Processos em curso por falta de elementos	6

Curso de Preparação para Revisores Oficiais de Contas (CPROC)

Em 2013 deu-se continuidade ao 13º CPROC iniciado em 2012, tendo sido lecionados os três últimos grupos de módulos e iniciou-se o 14º CPROC.

Assim, durante o ano de 2013, foram lecionados 8 grupos de módulos, em Lisboa e Porto, perfazendo um total de 1.024 horas.

O quadro abaixo sintetiza a atividade ocorrida no âmbito do CPROC em 2013:

Edições	Nº de formandos	Nº de horas	Período
13º Curso			
2º grupo	79	128	18/01 a 09/03
3º grupo	89	128	19/04 a 08/06
4º grupo	77	128	27/09 a 23/11
14º Curso			
1º grupo	65	128	18/10 a 07/12

Publicações

A OROC continuou a publicar trimestralmente a Revista Revisores ∃ Auditores a qual incluiu artigos técnicos sobre matérias conexas com a atividade profissional e ainda informações relevantes sobre o desenvolvimento de temas internacionais.

Biblioteca

Houve um reforço na aquisição de obras, de acordo com as solicitações dos Coordenadores dos módulos do CPROC, assim como dos Departamentos Jurídico e Técnico. Agradece-se também a contribuição de Colegas, outros autores e demais entidades que se dignaram proceder à oferta de publicações relevantes.

3.2.3 Departamento de Qualificação e Atividade Profissional

Este Departamento desempenhou as suas funções de acordo com as competências que lhe estão cometidas, procurando responder com rigor, profissionalismo e transparência às múltiplas solicitações que lhe foram formuladas, quer pelos membros da Ordem quer pelas diversas entidades, públicas e privadas, que se relacionam com a Ordem.

Comissão de Inscrição

A atividade da Comissão de Inscrição centra-se sobretudo na concretização das múltiplas atribuições relacionadas com os processos de registo dos ROC e das SROC, quer ao nível da decisão quanto a estas matérias, quer no que se refere ao apoio prestado aos revisores no âmbito do cumprimento das diversas formalidades que estão associadas a este processo.

No decurso do ano foram realizadas 13 reuniões plenárias desta Comissão, tendo procurado responder-se com a celeridade possível aos pedidos formulados pelos membros da OROC. De salientar que cada uma das reuniões plenárias da Comissão de Inscrição exige um vasto trabalho de preparação e análise dos diversos processos, de forma a assegurar o cumprimento integral dos diversos formalismos legais exigidos para que se possa proceder, quer a novos registos, quer às múltiplas alterações a nível estatutário que ocorrem no âmbito das SROC.

As alterações na atividade dos ROC são objeto de atualização semanal das Listas dos Revisores Oficiais de Contas, das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas e das outras formas de agrupamento de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, quer no sítio da Ordem na *internet*, quer mediante a respetiva comunicação ao Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria, de acordo com o exigido pela legislação aplicável.

De acordo com as responsabilidades estatutárias e regulamentares aplicáveis à Comissão de Inscrição, esta coordenou ainda as atividades relacionadas com o Júri de Exame, que manteve a mesma composição do ano transato, e com a preparação e realização das provas escritas e orais, para efeitos do processo de admissão à Ordem, tendo ainda respondido aos diversos requerimentos que lhe foram formulados por eventuais interessados na admissão à Ordem.

A Comissão de Inscrição, através do seu presidente, participou igualmente nos trabalhos do Júri para apreciação e seleção das candidaturas ao CPROC, com base nos critérios aprovados pelo Conselho Diretivo.

Júri de Exame

Realizaram-se em 2013 as 4 provas escritas do Exame para ROC previstas no respetivo Regulamento, bem como as provas orais para os candidatos que já obtiveram aprovação no conjunto das 4 provas escritas previstas.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados das provas escritas realizadas em 2013:

	1^a Prova	2^a Prova	3^a Prova	4^a Prova	Total 2013	Total 2012	Variação
Nº de inscritos	154	163	186	142	645	725	-80
Lisboa	92	91	106	84	373	411	-38
Porto	62	72	80	58	272	314	-42
Nº de presenças	131	136	148	126	541	634	-93
Lisboa	78	79	83	76	316	365	-49
Porto	53	57	65	50	225	269	-44
Faltas	23	27	38	16	104	91	13
Lisboa	14	12	23	8	57	46	11
Porto	9	15	15	8	47	45	2
Nº de aprovações	44	74	105	73	296	375	-79
Lisboa	28	44	59	43	174	226	-52
Porto	16	30	46	30	122	149	-27
Nº de reprovações	87	62	43	53	245	259	-14
Lisboa	50	35	24	33	142	139	-3
Porto	37	27	19	20	103	120	-17
% aprovações (face às presenças)	34%	54%	71%	58%	55%	59%	-4pp
Lisboa	36%	56%	71%	57%	55%	62%	-7pp
Porto	30%	53%	71%	60%	54%	55%	-1pp

Os dados apresentados no quadro anterior refletem, no conjunto das quatro provas e face ao ano de 2012, uma redução de 80 candidatos inscritos, 93 candidatos que se apresentaram a exame e 79 aprovações.

No que se refere à percentagem de aprovações, face ao número de candidatos que se apresentou a exame, em termos médios e no conjunto das quatro provas, a percentagem passou de 59% em 2012 para 55% em 2013, verificando-se assim a manutenção no nível de exigência que continua a caracterizar o acesso à profissão, e que, em paralelo com o controlo de qualidade existente, reflete, de forma inequívoca, os elevados padrões de qualidade, rigor e exigência desta atividade, que se situam nos níveis mais elevados das atividades liberais desenvolvidas em Portugal.

Foram realizados dois sorteios dos temas das provas orais, em 18 de março e em 31 de outubro de 2013, tendo sido atribuídos 142 temas, para desenvolvimento pelos candidatos, com vista à sua apresentação e discussão final. Foram realizadas 75 provas orais, relativas aos candidatos do 1º sorteio, tendo sido aprovados 56 candidatos e reprovados 19 candidatos. As provas orais relativas aos candidatos do 2º sorteio só se realizarão em 2014.

Comparativamente ao ano de 2012, verificou-se um aumento de 47 candidatos a provas orais, muito embora o número de candidatos aprovados tenha registado uma redução de 24. Contudo, importa ter presente que a maioria das provas relativas a temas atribuídos em 2013 apenas irão ocorrer no decurso do primeiro semestre de 2014.

De salientar ainda que, à semelhança dos anos anteriores, o Júri de Exame continua a ser composto por elementos independentes dos formadores do curso de preparação para revisor oficial de contas, de forma a garantir o reforço da independência na avaliação dos conhecimentos dos participantes, não obstante a interdependência que se continuou a assegurar entre as matérias ministradas no curso e o conteúdo das provas de exame.

Comissão de Estágio

No ano de 2013 a Comissão de Estágio realizou 11 reuniões, nas quais foram tomadas deliberações relativas aos vários processos de estágio ao abrigo do anterior e do novo Regulamento de Estágio.

A evolução do número de membros estagiários ao longo dos últimos três anos foi a seguinte:

Indicador	2013	2012	2011
Estagiários em 1 de janeiro	125	144	185
Estágio iniciados	36	31	31
Estágios concluídos com aprovação	44	43	55
Exclusões de Estágio	3	1	5
Desistências de Estágio	0	0	0
Estágios encerrados por dispensa	1	6	12
Estagiários em 31 de dezembro	113	125	144

O quadro anterior reflete a manutenção da tendência para a redução do número de estágios, não obstante se ter registado um ligeiro aumento no número de estágios iniciados.

No decurso do ano de 2013 foram realizadas, através dos respetivos júris constituídos para o efeito, 44 provas de avaliação de estagiários. Realizaram-se 56 reuniões de coordenadores de estágio com membros estagiários e patronos, no âmbito do acompanhamento e apreciação semestral dos respetivos estágios. Realizaram-se ainda 16 entrevistas para efeitos de dispensa de estágio.

A par do acompanhamento e avaliação, deu-se continuidade à estratégia de integração dos membros estagiários na OROC, através da sua inserção nos procedimentos de divulgação e distribuição de circulares, normas, publicações e manual do ROC.

Atividade Profissional

Entre outros trabalhos, na atividade desenvolvida no âmbito do controlo de atividade profissional registou-se o seguinte:

	2013	2012	Variação
Declarações emitidas	168	210	-42
Ofícios expedidos	2.176	381	1.795

A significativa variação ocorrida ao nível dos ofícios expedidos é justificada, essencialmente, pelas ações específicas de controlo que foram desenvolvidas junto de um conjunto muito significativo de empresas e outras entidades sujeitas a revisão legal das contas, relativamente às quais não constava nos registos da Ordem a indicação do ROC ou SROC responsável por tais tarefas.

Todas as situações desta natureza que foram identificadas pelos Serviços da Ordem conduziram à emissão de um ofício dirigido às entidades em causa, solicitando a indicação do ROC ou SROC responsável pela prestação dos serviços de revisão legal das contas.

As respostas já recebidas permitiram já regularizar um conjunto significativo de situações, quer através da nomeação de ROC ou SROC, nos casos em que as entidades não o tinham feito, quer mediante a correção da falta de comunicação por parte do ROC ou SROC responsável pela revisão. Trata-se, contudo, de uma tarefa particularmente extensa, dada a necessidade de insistir relativamente às entidades de quem ainda não se recebeu resposta.

Para além deste conjunto de tarefas, que absorveu uma parcela significativa dos recursos disponíveis, deu-se continuidade ao desenvolvimento das demais ações enquadradas nesta área, de que se destacam:

- Resposta às diversas solicitações formuladas por ROC e outras entidades, através de via postal, telefónica, eletrónica e presencial;
- Acompanhamento das práticas profissionais dos ROC e SROC, bem como das entidades que com estas possam estar direta ou indiretamente relacionadas, de forma a diagnosticar eventuais situações de incompatibilidade, práticas de concorrência desleal ou indícios de falta de transparência;
- Atuação de forma sistemática sempre que chega ao conhecimento da Ordem qualquer indício de que alguma entidade, de forma ilícita, presta serviços que constituem competência exclusiva dos ROC ou induz, designadamente por via dos respetivos estatutos, a capacidade ou disponibilidade para prestar tais serviços;
- A contínua atualização dos elementos relativos aos ROC e SROC, em termos de exercício da sua atividade profissional, procurando garantir informação atempada e fiável, através da atualização das bases de dados.

3.2.4 Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão

Controlo de Qualidade

No âmbito do controlo de qualidade, a Comissão do Controlo de Qualidade procedeu ao seguinte:

- Divulgou em 27 de junho de 2013 o relatório da atividade desenvolvida e as conclusões extraídas das ações de controlo executadas no período compreendido entre 1 de junho de 2012 e 5 de junho de 2013 sobre as auditorias relativas ao ano de 2011;
- Promoveu a realização do Sorteio Público de 4 de julho de 2013 visando os controlos a exercer sobre os ROC e SROC e as auditorias por estes realizadas com relação ao ano de 2012;
- Estabeleceu com o CNSA a comunicação requerida no Regulamento do CNSA sobre a sua supervisão do controlo de qualidade aos ROC e SROC executado pela OROC;
- Implementou as recomendações efetuadas pelo CNSA.

Sorteios Públicos

Na sequência do sorteio público realizado em 5 de julho de 2012, foram concluídos no período os controlos de qualidade a 87 entidades, envolvendo 30 ROC, 19 SROC e 38 SROC e ROC com intervenção em entidades de interesse público (EIP), correspondendo a 219 dossiês, que apresentaram as seguintes conclusões:

Síntese das conclusões do controlo horizontal por categorias e por entidades:

	Total de ROC/SROC Sorteados 2012		ROC/SROC de EIP		SROC de outras entidades		ROC de outras entidades	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem nada de especial a referir	28(a)	34%	10(a)	30%	4	21%	14	47%
Com observações e recomendações de menor relevância	34	42%	16	49%	12	63%	6	20%
Com observações e recomendações de relevância	13	16%	6	18%	3	16%	4	13%
Com resultados insatisfatórios	2	2%	-	-	-	-	2(b)	7%
Anulados	4	5%	-	-	-	-	4	13%
Não concluídos	1	1%	1	3%	-	-	-	-
Total de Entidades	82(a)	100%	33(a)	100%	19	100%	30	100%

- a) Exclui as 5 SROC com EIP sorteadas que nos últimos dois anos foram alvo de controlo horizontal com a conclusão de "sem nada a referir".
- b) Inclui 1 processo por recusa ao controlo que foi enviado para o Conselho Disciplinar.

Síntese das conclusões do controlo vertical por categorias e dossiês:

	Total de Dossiês 2012		ROC/SROC com EIP		SROC de outras entidades		ROC de outras entidades	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sem nada de especial a referir	104	48%	82	56%	14	33%	8	27%
Com observações e recomendações de menor relevância	71	32%	42	28%	20	48%	9	30%
Com observações e recomendações de relevância	34	16%	20	14%	7	17%	7	23%
Com resultados insatisfatórios	3	1%	-	-	1	2%	2	7%
Anulados	4	2%	-	-	-	-	4	13%
Não concluídos	3	1%	3	2%	-	-	-	-
Total de Dossiês	219	100%	147	100%	42	100%	30	100%

Síntese das alterações de conclusões propostas pelo CNSA



O relatório do CNSA, datado de 27 de setembro de 2012, sobre a sua supervisão do Sistema de Controlo de Qualidade executado pela Ordem incluiu alterações às conclusões acima referidas, relativamente a oito controlos verticais e quatro controlos horizontais (correspondentes a nove processos). Decorrente destas alterações, foram efetuados, acompanhamentos relativamente a três dossiês de controlo vertical e a um de controlo horizontal e foram remetidos para o Conselho Disciplinar quatro dossiês de controlo vertical e dois de controlo horizontal.

Na sequência do sorteio público realizado em 4 de julho de 2013, foram planeadas e supervisionadas as ações de controlo de qualidade sobre a atividade de 2 ROC e SROC que exerceram funções de revisão/auditoria em entidades de interesse público, e 77 ROC e SROC que exerceram funções noutras entidades. Em 31 de dezembro de 2013, ainda se encontram em curso algumas destas atividades que envolvem também o controlo sobre 205 dossiês relacionados com auditorias efetuadas por estes ROC e SROC com relação ao ano de 2012.

No âmbito da supervisão efetuada pelo CNSA sobre a execução do controlo de qualidade, a CCQ procedeu à coordenação das comunicações previstas no Regulamento n.º 654/2010 do CNSA sobre esta supervisão e assegurou a adoção pela Ordem das recomendações por ela efetuadas durante os anos de 2012 e 2013.

Implementação dos novos Guias de Controlo de Qualidade

A CCQ acompanhou a implementação dos guias de controlo de qualidade atualizados em 2012 e prestou o apoio solicitado pelos controladores relatores. Ainda no âmbito dos guias a CCQ acompanhou também a implementação do novo guia para acompanhamento de ROC e SROC que no controlo de qualidade do ano anterior obtiveram classificação com observações de relevância ou insatisfatório, tornando mais eficaz o processo de acompanhamentos.

Outras ações de Controlo de Qualidade

Para além das ações de controlo de qualidade executadas no âmbito dos Sorteios Públicos, foram ainda realizadas pela Comissão do Controlo de Qualidade outras ações de controlo previstas no Plano de Atividades:

- Acompanhamento de controlos com observações e recomendações de relevância

A Comissão manteve contactos quer por escrito, quer reunindo com os ROC e sócios de SROC, cujo controlo de qualidade relativo aos sorteios públicos dos anos de 2011 e 2012 evidenciaram observações e recomendações de relevância, solicitando e analisando as medidas e procedimentos a implementar/implementadas no sentido de serem superadas as

deficiências e insuficiências detetadas. Estas atividades complementaram as ações de acompanhamento executadas pelos controladores relatores e contribuíram no seu conjunto para uma maior eficácia dos acompanhamentos, sendo de notar o acréscimo de situações que requereram o reporte ao Conselho Disciplinar.

- **Intervenções pontuais**

A Comissão procedeu a vários controlos de qualidade pontuais solicitados pelo Conselho Diretivo ou por outros Órgãos da Ordem.

- **Análise de Relatórios e Contas**

A Comissão procedeu, também, embora não de forma sistemática, ao acompanhamento das publicações de relatórios e contas das empresas cotadas, que não foram objeto de controlo neste ano, no sentido de verificar, numa base seletiva, a conformidade entre as certificações legais de contas e os relatórios de auditoria publicados, bem como sobre aspetos gerais de conformidade dos documentos apresentados com as normas e as políticas contabilísticas divulgadas.

- **Controlos Específicos a dossiês selecionados na data do controlo**

No âmbito da Circular nº 37/13, de 21 de maio de 2013, e decorrente da constatação de prática de preços anormalmente baixos, foram executados vários controlos de qualidade específicos, visando a avaliação da adequação dos recursos às carteiras de clientes, as horas despendidas e os preços praticados no exercício de funções de interesse público e a avaliação do cumprimento das normas de auditoria em dossiê selecionado e comunicado na data do controlo.

Outras atividades de supervisão desenvolvidas

As outras atividades de supervisão desenvolvidas podem resumir-se como segue:

- Preparação de elementos e informações de suporte à atividade dos representantes da OROC nos órgãos do CNSA;
- Designação de revisores independentes para processos de fusão e cisão e como peritos de processos judiciais e para outros efeitos em resposta às solicitações recebidas;
- Atuação junto das entidades sujeitas a revisão legal de contas de forma a darem cumprimento à obrigatoriedade da nomeação de ROC ou SROC. Esta atividade foi desenvolvida na medida em que a informação disponível o permitiu.

3.2.5 Comissão de Acompanhamento do Código de Ética

Como se referiu no relatório do ano transato, o Conselho Diretivo dedica à aplicação do Código de Ética uma enorme atenção, tendo sido auxiliado nessa matéria pela Comissão de Acompanhamento do Código de Ética.

Esta Comissão reúne regularmente e tem prestado apoio à Ordem em diferentes vertentes de questões de natureza ética e da aplicação do código de ética, designadamente no domínio do relacionamento entre membros da Ordem.

3.3 Secção Regional do Norte

A Secção Regional do Norte (SRN) completou em 2013 o décimo ano da sua existência. Em 11 de dezembro de 2013 realizou-se no Porto um evento alusivo a este aniversário, tendo sido oradores os Colegas António Gonçalves Monteiro, na qualidade de Presidente da Comissão de Normalização Contabilística, Manuel Leite Assunção, Presidente da Assembleia Geral e primeiro Diretor daquela Secção Regional, e José Azevedo Rodrigues, nosso Bastonário.

A atividade da Secção Regional teve o desenvolvimento habitual, em conformidade com o plano aprovado.

A SRN, além de assegurar a função de representação no Norte do País, constituiu, como é de uso, um espaço de apoio administrativo dos Colegas e de reuniões de trabalho de Comissões Técnicas e outros grupos e também o local próprio da formação contínua dos ROC e do Curso de Preparação para ROC (CPROC).

Quanto à formação contínua, realizaram-se em 2013, no Porto, 46 cursos integrados no programa de formação da OROC, para além do CPROC.

Na SRN realizaram-se os tradicionais Encontros na Ordem, como se encontra detalhado mais adiante.

Com o apoio inestimável do Conselho Consultivo, e do Colega que executa as funções de adjunto da Direção foram realizadas diversas ações, incluindo a preparação de Encontros na Ordem e de divulgação da Ordem.

3.4 Outras atividades desenvolvidas

3.4.1 Participação no CNSA

A Ordem está representada no CNSA ao nível do Conselho e ao nível do Secretariado Permanente integrando ainda diversos grupos de trabalho. No ano de 2013 não foram iniciadas inspeções não tendo, por isso, sido necessário afetar membros da Ordem para esse efeito.

A Ordem participou na qualidade de membro do Conselho em todas as reuniões realizadas.

3.4.2 Relações Institucionais

Durante o ano, o Conselho Diretivo efetuou diversas diligências e manteve contactos com diversas entidades mais ligadas ou conexas com a profissão, nomeadamente o Ministério das Finanças, o Ministério da Economia, o Ministério da Justiça, o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, o Banco de Portugal, a CMVM, o Instituto de Seguros de Portugal, o Tribunal de Contas, a Direção-Geral dos Impostos, a Direção-Geral do Orçamento, a Comissão de Normalização Contabilística e o Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

3.4.3 Relações Internacionais

A Ordem fez-se representar, pelo seu Bastonário, em diversos eventos internacionais e participou em Congressos, designadamente:

- Participação no Fórum do ICAEW, realizado na Bulgária, em 16 e 17 de abril;
- Participação na reunião do Conselho da IFAC, realizada na Coreia do Sul, em 13 e 14 de novembro.
- Participação na Assembleia Geral da FEE, realizada em Bruxelas, em 18 de dezembro.

Em 2013 foram reforçados os contactos internacionais, nomeadamente com organismos congéneres, existentes ou em constituição, de países de língua portuguesa. Estão firmados protocolos com Angola (2012), Cabo Verde (2013) e Moçambique (2013). Adicionalmente às parcerias já existentes espera-se em 2014 confirmar novos protocolos. Para além do referido, reafirmam-se as participações que estão descritas no capítulo dedicado ao Departamento Técnico.

3.4.4 XI Congresso dos Revisores Oficiais de Contas

A Ordem promoveu nos dias 12 e 13 de setembro o XI Congresso dos Revisores Oficiais de Contas, no Centro de Congressos Olga Cadaval, em Sintra, subordinado ao tema "Auditoria: Desafio e Confiança".

Pela primeira vez o Congresso realizou-se na magnífica vila de Sintra, carregada de esplendor, encanto e serenidade singulares, tendo o Conselho Diretivo recebido notícias de um balanço em todos os aspetos positivo.

"O congresso que iniciamos sob o lema de "Auditoria: Desafio e Confiança", lema que reconhecemos como o mais apropriado no contexto financeiro, económico e social por que estamos a passar, leva-nos a acreditar que, inquestionavelmente, o serviço mais relevante transacionado pelos revisores oficiais de contas é mesmo a confiança". Estas foram as palavras usadas pelo Bastonário da Ordem ao dar as boas vindas a uma plateia repleta de profissionais nacionais e internacionais, que têm respondido com seriedade aos problemas surgidos num período económico conturbado.

Durante dois dias, um painel de oradores, de elevado prestígio, devendo em especial referirem-se suas Excelências o Ministro da Economia e o Secretário de Estado das Finanças, em representação de sua Excelência a Ministra de Estado e das Finanças, analisaram e debateram assuntos da atualidade, centrados nas exigências, desafios e soluções determinantes para as mudanças na profissão.

Foi enfatizada por todos os presentes a importância do Congresso para a profissão, para o reforço das relações profissionais e de amizade entre os membros da Ordem presentes.

Além dos oradores nacionais de todos os domínios, este ano o Congresso contou com a presença e a intervenção dos dirigentes máximos dos representantes da profissão na Europa (FEE) e internacionalmente (IFAC), além dos presidentes dos organismos congéneres de Angola, Cabo Verde e Moçambique, bem como representantes de S. Tomé e Príncipe.

Salientamos a participação de cerca de 500 congressistas, número nunca antes atingido. Tal foi, com certeza, o sinal do interesse que se reconheceu na procura dos melhores caminhos para o exercício da profissão e para a defesa do interesse público.

Neste congresso levantaram-se questões relacionadas com a evolução da atividade da auditoria, a organização profissional, o papel das instituições internacionais, a cooperação com

os países de língua oficial portuguesa, a importância das tecnologias de apoio à prática da profissão e, por último, mas não menos relevante, a ética como um fator de confiança. Ao longo de todas as intervenções foi sempre realçado o papel do revisor como um elemento rigoroso e transparente, indispensável para a garantia de boas e melhores práticas no seio das organizações.

Confiança foi a palavra de ordem, abrindo espaço à participação de intervenientes externos à profissão. Vários oradores de renome debateram o papel do auditor enquanto garante da confiança e transparência num contexto económico deveras exigente.

3.4.5 Outros Eventos

25 Anos de Profissão, Receção aos Novos Colegas e Homenagem aos Revisores Oficiais de Contas Falecidos

À semelhança de anos anteriores, foi realizada a cerimónia que teve lugar em 4 de julho, na Academia das Ciências, com a sala totalmente repleta, em que foram agraciados 15 Revisores Oficiais de Contas que completaram 25 anos de profissão.

No âmbito desta cerimónia, teve lugar a receção aos novos ROC, tendo sido feita a entrega das respetivas Cédulas Profissionais a 57 Colegas que completaram o estágio e concluíram com sucesso o ciclo de qualificação profissional e a quem a Ordem formula votos dos mais amplos sucessos pessoais e profissionais.

Ainda no âmbito desta cerimónia, a Ordem procedeu à homenagem póstuma aos Revisores Oficiais de Contas que faleceram no decurso do ano de 2012 e 1.º semestre de 2013.

Encontros na Ordem

Dando continuidade a este importante meio de comunicação entre os ROC, no ano de 2013 realizaram-se os seguintes Encontros, que tiveram a participação de significativo número de Colegas:

- Em Lisboa e no Porto - “Sobre a nova Lei nº 2/2013 que estabelece o regime Jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais” presidido pelo Senhor Bastonário, José Azevedo Rodrigues;
- Em Lisboa e no Porto - “Portugal Ventures – Uma nova visão do Capital de Risco”, com a colaboração do Sr. Professor José Epifânio de Franca, Presidente da Portugal Ventures.



- Em Lisboa e no Porto - “Garantia Mútua”, com a colaboração do Sr. Dr. José Figueiredo, Presidente da Sociedade Portuguesa da Garantia Mútua, SA;
- Em Lisboa - “Sobre ética profissional”, com a colaboração do Sr. Jurgen Holmqvist, Presidente da International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), comité da IFAC responsável pela emissão de normas e orientações internacionais sobre ética para auditores e contabilistas, e também do Sr. Jim Sylph, Diretor Técnico da IFAC;
- Em Lisboa e no Porto - “Nova Diretiva da Contabilidade”, com a colaboração das Sr.ªs Professoras Ana Isabel Moraes, em Lisboa, e Luísa Anacoreta, no Porto;
- Em Lisboa e no Porto - “Aspetos esquecidos sobre o relato financeiro em Portugal” e “Factos e reflexões sobre as divulgações voluntárias e o uso dos gráficos no relato financeiro”, com a colaboração da Sr.ª Professora Leonor Fernandes Ferreira;
- Em Lisboa e no Porto - “A tributação dos Rendimentos Empresariais em Portugal”, com a colaboração do Colega José Carmo e ainda com as presenças da Sr.ª Dr.ª Rosa Areias no Porto e, em Lisboa, do Sr. Dr. Jaime Esteves, ambos Tax Partners da PricewaterhouseCoopers;
- Em Lisboa e no Porto - “PER – Segunda Oportunidade”, com a colaboração do Sr. Dr. Pedro Pinheiro e ainda com as presenças no Porto da Sr.ª Dr.ª Ana Leite, analista da Explorer Investments e, em Lisboa, do Sr. Dr. Nuno Gaioso Ribeiro, CEO da Capital Criativo;
- Em Lisboa e no Porto - “Aspetos mais relevantes da proposta de lei que altera o CIRC”, com a colaboração do Sr. Dr. Óscar Veloso;
- Em Lisboa e no Porto - “Novo Plano de Regularização Excepcional e Temporário de dívidas fiscais e à Segurança Social”, com a colaboração da Autoridade Tributária;
- Em Lisboa e no Porto – “SAF-T PT – Standard Audit File for Tax Purposes – Como explorar a informação financeira reportada” com a colaboração do Sr. Dr. Rui Oliveira, Manager da PricewaterhouseCoopers;

- Em Lisboa e no Porto – “CFEI – Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento” com a colaboração no Porto da Sr.^a Dr.^a Ana Reis e, em Lisboa, do Sr. Dr. Rodrigo Rabeca Domingues, ambos Sénior Managers da PricewaterhouseCoopers;

4 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2013, os recursos humanos da Ordem eram constituídos por 24 colaboradores permanentes e 2 assessores.

Adicionalmente, conta com um vasto leque de colaborações eventuais de ROC e outros profissionais, especialmente nas Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho.

5 Análise económica e financeira

5.1 Análise económica

A continuidade da política de controlo dos gastos, associada a um acréscimo moderado dos rendimentos, permitiu que a OROC apurasse neste exercício um resultado de 115.639 euros.

5.1.1 Rendimentos e ganhos

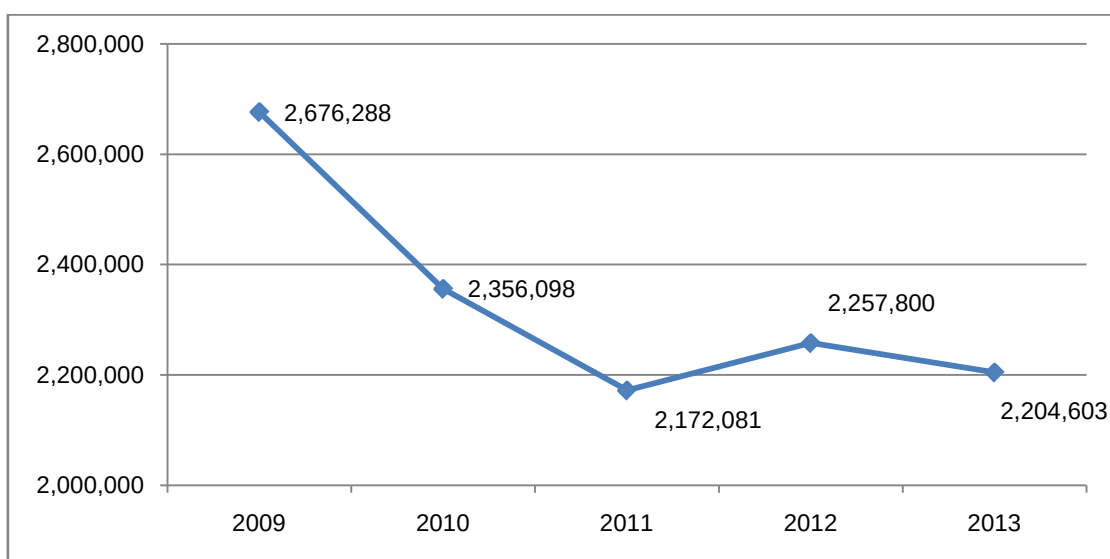
Evolução geral

Os rendimentos da OROC ascenderam a 2.204.603 euros, registando um decréscimo global líquido na ordem dos 53 milhares de euros (-2,35%) face a 2012, como se evidencia no quadro seguinte:

Rendimentos e Ganhos	2013	2012	Variação	
			Valor	%
Quotas	1.182.618	1.208.676	-26.058	-2,16
Ações de formação	468.758	536.333	-67.575	-12,60
Inscrição, estágio e outros emolumentos	419.948	389.223	30.725	7,89
Outros	133.279	123.568	9.711	7,86
Total	2.204.603	2.257.800	-53.197	-2,35

A diminuição do montante de rendimentos tem a ver principalmente com o fato de em 2013 terem ocorrido reduções nas quotas e na formação.

A evolução dos rendimentos e ganhos nos últimos 5 anos pode mostrar-se como segue:



Quotas

No ano de 2013 ocorreu uma diminuição do valor das quotas as quais continuaram a representar cerca de 53% do total dos rendimentos gerados no período. O decréscimo resulta da ligeira diminuição verificada na atividade reportada pelos ROC e SROC.

Ações de formação

Os rendimentos com ações de formação respeitam ao CPROC no valor de 208.605 euros (231.486 em 2012) e à formação contínua no valor de 260.153 euros (304.847 em 2012). A atividade de formação registou um decréscimo essencialmente devido ao número de inscrições registadas.

Inscrição, estágio e outros rendimentos

O aumento do valor referente a esta rubrica resulta da diminuição do valor do diferimento de rendimentos de estágio apurado em função do adiamento da conclusão dos períodos de estágio a que esses emolumentos respeitam, por não terem sido ainda concluídas as avaliações respetivas.

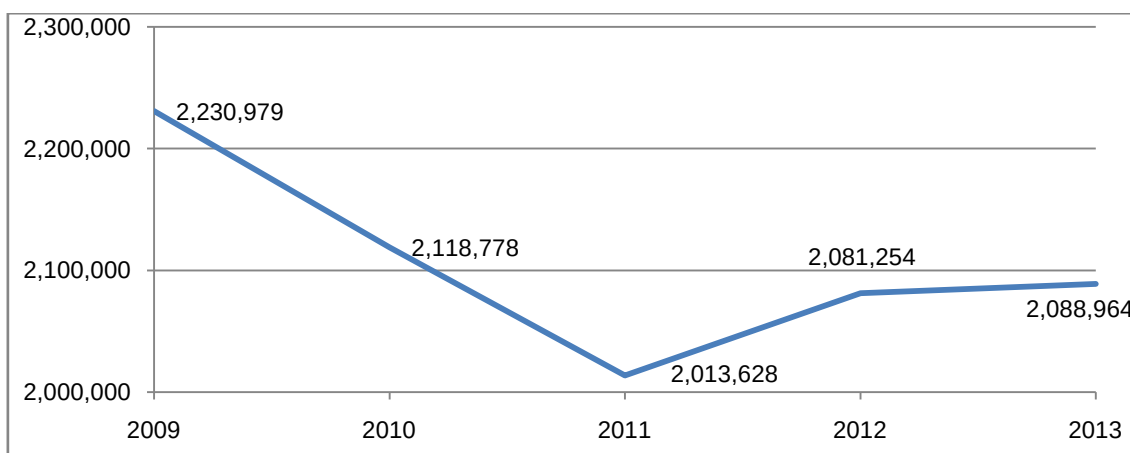
5.1.2 Gastos e perdas

Evolução geral

Os gastos em 2013 atingiram a quantia de 2.088.964 euros, tendo sido verificado um acréscimo de 7.711 euros relativamente ao ano anterior. A sua evolução sintetiza-se no quadro seguinte:

Gastos e Perdas	2013	2012	Variação	
			Valor	%
Fornecimentos e serviços externos	1.205.491	1.196.207	9.284	0,77
Gastos com o pessoal	684.564	692.783	-8.219	-1,19
Gastos de depreciações e de amortizações	67.016	71.576	-4.560	-6,37
Perdas por imparidades de dívidas a receber	10.696	21.357	-10.661	-49,92
Provisões	29.291	-	29.291	-
Outros gastos e perdas	91.906	99.331	-7.425	22,01
Total	2.088.964	2.081.254	7.711	0,37

A evolução dos gastos e perdas nos últimos cinco anos pode mostrar-se como segue:



Comentam-se em seguida os aspetos mais significativos que influenciaram o comportamento dos gastos e perdas.

Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica mantém-se, naturalmente, como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da OROC. Em 2013 esta rubrica está influenciada pelos gastos relacionados com o XI

Congresso dos Revisores Oficiais de Contas. O gasto com honorários representa cerca de 53% do valor total dos Gastos (61% em 2012). As naturezas principais de gastos são as seguintes:

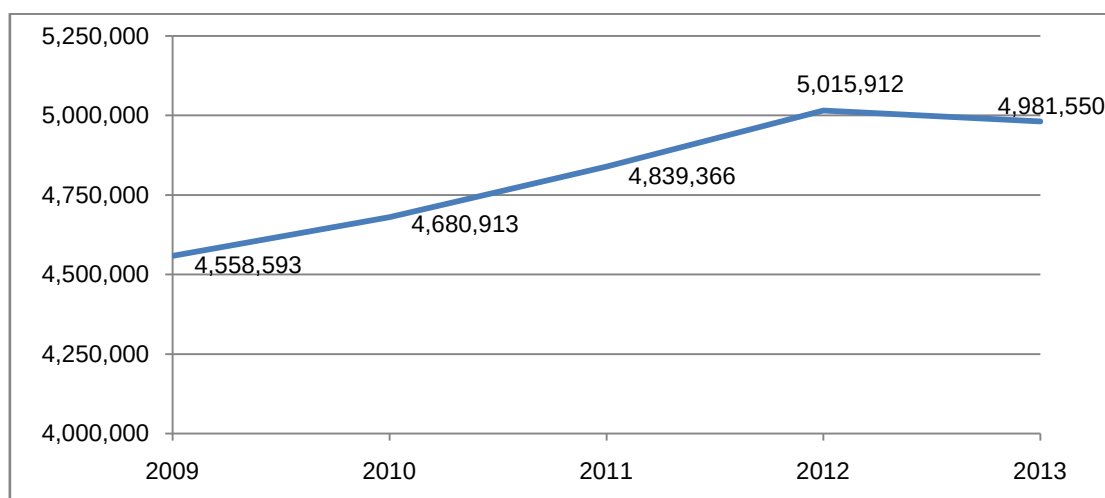
Natureza	2013	2012	Variação	
			Valor	%
Honorários	641.332	720.454	-79.122	-10,98
Comissões e Júri de exame	321.864	331.079	-9.215	-2,78
Assessores	100.251	133.566	-33.315	-24,94
Formadores	180.963	221.245	-40.315	-18,22
Outros	38.254	34.564	3.690	10,67
Trabalhos especializados	173.582	169.105	4.477	2,65
Deslocações e estadas	154.843	108.822	46.021	42,29
Outros Fornec. e Serviços	235.734	197.826	37.908	19,16
	1.205.491	1.196.207	9.284	0,77

Outros gastos e perdas

Esta rubrica integra essencialmente as quotizações para entidades e instituições de que a OROC é membro, destacando-se a IFAC e a FEE.

5.2 Evolução dos fundos patrimoniais

Evidencia-se no gráfico seguinte a evolução verificada nos fundos patrimoniais nos últimos 5 anos:



5.3 Execução do orçamento corrente

5.3.1 Perspetiva global

O mapa seguinte sintetiza a execução do orçamento aprovado para 2013. No plano global, com uma taxa de realização de 105,29% nos rendimentos e de 100,25% nos gastos. A execução do orçamento apresenta-se satisfatória, com o resultado a exceder as expectativas.

RUBRICAS	Realizado 2013	Orçamento 2013	Desvio Real-Orçam.	Desvio %
RENDIMENTOS E GANHOS				
Quotas	1.182.618	1.195.956	-13.338	-1,12
Ações de formação	468.758	555.040	-86.282	-15,55
Inscrição, estágio e outros emolumentos	419.948	306.900	113.048	36,84
Outros rendimentos e ganhos	133.279	36.000	97.279	270,22
Total dos Rendimentos	2.204.603	2.093.896	110.707	5,28
GASTOS E PERDAS				
Fornecimentos e serviços externos	1.205.491	1.301.168	-95.677	-7,35
Gastos com o pessoal	684.564	613.388	71.176	11,60
Gastos de depreciações e de amortizações	67.016	77.565	-10.549	-13,60
Imparidades de dívidas a receber	10.696	-	10.696	-
Provisões	29.291	-	29.291	-
Outros gastos e perdas	91.906	91.641	265	0,29
Total dos Gastos	2.088.964	2.083.762	5.202	0,25
Resultado do período	115.639	10.134	105.505	1.041,10

5.3.2 Execução do orçamento de rendimentos

Na execução orçamental de rendimentos em 2013, destacam-se:

- O desvio na rubrica de Outros rendimentos e ganhos que inclui os rendimentos provenientes do Congresso no montante de 105.875 euros;
- O desvio desfavorável dos rendimentos provenientes de ações de formação (15,55%);
- O desvio favorável dos rendimentos provenientes de inscrição, estágio e outros emolumentos (36.84%);

5.3.3 Execução do orçamento de gastos

Na execução orçamental de gastos em 2013 verificaram-se desvios favoráveis em todas as rubricas à exceção dos gastos com pessoal.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos aumentou fundamentalmente devido aos gastos associados ao Congresso no montante de 82.793 euros.

5.4 Análise financeira

A estrutura do Balanço reflete uma significativa autonomia financeira (87,5%) bem como uma significativa solvabilidade global (Ativo / Passivo) de 8,02 e um elevado rácio da estrutura de financiamento (Fundos patrimoniais / Capital alheio) de 7,02.

Nas fontes de financiamento da OROC continua a verificar-se uma dependência significativa do sistema de quotização variável em função da atividade dos seus membros. Mantendo-se as atuais áreas de intervenção da OROC, pretende continuar-se o incremento e diversificação das atividades de formação, com o objetivo de reduzir a dependência do sistema de quotização.

Continuam a ser preocupações permanentes, a racionalização dos gastos de estrutura e o aumento da produtividade dos meios disponíveis.

5.5 Execução do orçamento de investimentos

O orçamento de investimentos apresenta uma realização de 3.269 euros, para uma previsão de 39.800 euros, como se evidencia no quadro seguinte:

RUBRICAS	Realizado 2013	Orçamento 2013	Desvio Real-Orçam.	Desvio %
ACTIVO INTANGÍVEL				
Prop. Ind. e outros direitos	1.230	15.000	-13.770	-91,80
ACTIVO FIXO TANGÍVEL				
Móveis e utensílios	0	5.000	-5.000	-100,00
Equipamento de tratamento de dados	340	8.300	-7.960	-95,90
Fotocopiadoras	0	10.000	-10.000	-100,00
Biblioteca	323	1.000	-677	-67,72
Outros ativos fixos tangíveis	1.376	500	876	175,15
Total	3.269	39.800	-36.531	-91,79

6 Perspetivas futuras

A crise económica que o país atravessa continuará necessariamente a influenciar a atividade dos Revisores Oficiais de Contas e a respetiva organização profissional. Como já referido no ano anterior, o Conselho Diretivo, ciente das dificuldades existentes, inscreveu nos Planos de Atividades dos anos anteriores medidas que considerou adequadas para ajudar a reduzir os impactos da crise nas estruturas dos profissionais, sobretudo de pequena e média dimensão. Tais preocupações foram mantidas no Plano de Atividades para 2014.

O ano de 2013 continuou a apresentar perspetivas pouco positivas e grandes incertezas quanto ao futuro. Todavia continuamos a acreditar que com a mobilização de todos, iremos ser capazes de vencer as batalhas que a crise económica e financeira nos obriga a travar.

Em dezembro de 2013 foi alcançado o acordo sobre a regulamentação das atividades de auditoria na União Europeia, designadamente as propostas de alterações à Diretiva de auditoria e da criação de um Regulamento Europeu para auditoria a entidades de interesse público que em muito poderão vir a afetar o exercício da nossa atividade profissional. Espera-se a aprovação final deste pacote legislativo e regulamentação até ao final do 1º trimestre de 2014. O Conselho Diretivo continuará muito atento a este processo e ao que se seguirá resultante da entrada em vigor do Regulamento e da transposição da Diretiva. Procurará, na medida do seu alcance, minimizar os eventuais impactos negativos sobre a atividade dos Revisores Oficiais de Contas.

7 Proposta de aplicação dos resultados

Tendo em consideração o resultado líquido apurado em referência a 2013 no montante total de 115.639 euros, o Conselho Diretivo propõe que o mesmo se mantenha como reforço dos Fundos Patrimoniais, transferindo-se para resultados transitados.

8 Homenagem póstuma

A Ordem presta a sua homenagem a todos os Colegas falecidos e expressa as mais sentidas condolências às famílias dos Colegas Revisores Oficiais de Contas que deixaram o nosso convívio no ano de 2013 e que foram os seguintes:

ROC N.º	Nome	Data de falecimento
11	Alfredo Louro de Oliveira Martins	03-01-2013
601	Paulo Guilherme Quartin Figueiredo da Silva	06-01-2013
31	Artur Nunes Rodrigues	15-01-2013
388	Eleutério Ganilho Álvaro	22-04-2013
489	Fernando Brás	20-10-2013
115	Victor Manuel Pereira da Luz	12-12-2013

9 Agradecimentos

O Conselho Diretivo deseja agradecer aos Revisores Oficiais de Contas em geral, aos membros dos demais Órgãos Sociais, das Comissões Estatutárias e das Comissões Técnicas, dos Grupos de Trabalho, ao Pessoal da Ordem, bem como a todas as entidades públicas e privadas, a colaboração que prestaram à OROC durante o ano de 2013.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2014

O Conselho Diretivo

José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues

José Rodrigues de Jesus

António Marques Dias

António Campos Pires Caiado

Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vítor Manuel Batista de Almeida

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Demonstrações Financeiras 2013

Balanço

Demonstração dos resultados por naturezas

Demonstração das alterações no fundo social

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo



Balanço em 31 de dezembro de 2013

Montantes em Euros

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31-dez-2013	31-dez-2012
Ativo				
Activo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	6	2 456 357	2 520 371	
Ativos intangíveis	7	1 280	1 013	
		2 457 637	2 521 384	
Activo corrente				
Inventários	8	8 814	2 875	
Associados	9	149 173	154 629	
Outras contas a receber	10	47 086	49 264	
Diferimentos	11	12 730	17 184	
Caixa e depósitos bancários	5	3 015 505	2 780 697	
		3 233 308	3 004 650	
Total do ativo		5 690 945	5 526 034	
Fundos patrimoniais e passivo				
Fundos patrimoniais				
Resultados transitados		4 865 912	4 839 366	
Resultado líquido do período		115 639	176 546	
Total dos fundos patrimoniais		4 981 551	5 015 912	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	12	29 291	0	
Passivo corrente				
Fornecedores		21 610	15 245	
Estado e outros entes públicos	13	32 937	37 079	
Diferimentos	11	90 455	87 325	
Outras contas a pagar	14	535 101	370 473	
Total do passivo		709 394	510 122	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 690 945	5 526 034	

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2014



ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Demonstração dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2013

Montantes em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Serviços prestados	15	2 071 324	2 134 232
Fornecimentos e serviços externos	16	-1 205 491	-1 196 207
Gastos com o pessoal	17	- 684 564	- 692 783
Perdas por Imparidade de dívidas a receber	9	- 10 696	- 21 357
Provisões	12	- 29 291	0
Outros rendimentos e ganhos	18	133 279	123 568
Outros gastos e perdas	19	- 91 906	- 99 331
Resultado antes de depreciações e amortizações		182 655	248 122
Gastos de depreciações e de amortizações	6/7	- 67 016	- 71 576
Resultado líquido do período		115 639	176 546

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2014



Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Período findo em 31 de dezembro de 2012

Montantes em Euros

Descrição	Notas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 1.1.2012		4 680 913	158 453	4 839 366
Aplicação de resultados		158 453	- 158 453	0
Resultado líquido do período		0	176 546	176 546
Posição em 31.12.2012		4 839 366	176 546	5 015 912

Período findo em 31 de dezembro de 2013

Montantes em Euros

Descrição	Notas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 1.1.2013		4 839 366	176 546	5 015 912
Aplicação de resultados	20	26 546	- 176 546	- 150 000
Resultado líquido do período		0	115 639	115 639
Posição em 31.12.2013		4 865 912	115 639	4 981 551

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2014



Demonstração dos fluxos de caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2013

Montantes em Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e outros		2 090 575	2 127 988
Pagamentos a fornecedores		-1 156 965	-1 215 108
Pagamentos ao pessoal		- 684 680	- 587 306
Caixa gerada pelas operações		248 930	325 574
Recebimentos referentes a seguro RCP	5	672 011	666 222
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		84 097	93 513
Entregas referentes a seguro RCP	5	- 677 737	- 670 245
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		- 89 224	- 91 438
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		238 077	323 626
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 2 039	- 10 265
Ativos intangíveis		- 1 230	0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 3 269	- 10 265
Variação de caixa e seus equivalentes ((1)+(2)+(3))		234 808	313 361
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 780 697	2 467 336
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	3 015 505	2 780 697

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2014

ANEXO

O presente Anexo compreende as divulgações que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) considera deverem ser relatadas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2013, incluindo as que são exigidas pelo referencial contabilístico que lhe é aplicável.

1. Introdução

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública a quem compete representar e agrupar os seus membros e superintender em todos os aspetos relacionados com a profissão, nos termos do respetivo Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de dezembro.

A Ordem tem a sua sede em Lisboa e uma Secção Regional no Porto.

Outras informações podem ser obtidas na página da internet www.oroc.pt ou através do endereço eletrónico: sec.orgsociais@oroc.pt.

2. Referencial contabilístico

A OROC aplica o regime de normalização contabilística para entidades do setor não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

Todos os valores apresentados neste anexo estão expressos em Euros.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Rédito

O rédito é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados às atividades fluirão para a entidade e a respetiva quantia puder ser mensurada com fiabilidade.

O rédito das atividades da Ordem é reconhecido como segue:

- i. Quotas – no período a que se refere a quotização;
- ii. Ações de formação – no período em que a respetiva ação de formação decorre;
- iii. Inscrições em exame – na data da realização do exame;
- iv. Estágio – no período de estágio.

O rédito proveniente de aplicações de ativos financeiros é reconhecido nos resultados dos períodos a que respeitam tendo em conta o prazo das aplicações.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição, incluindo despesas imputáveis à compra, deduzido de depreciações acumuladas.

A depreciação é calculada pelo método da linha reta, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados para o uso pretendido, de acordo com as vidas úteis estimadas seguintes:

Edifícios – 50 anos

Mobiliário – 8 anos

Equipamento informático – 4 anos

Máquinas fotocopiadoras – 5 anos

Outros equipamentos – 5 a 8 anos

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem fundamentalmente programas de computador, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas. Os itens intangíveis apenas são reconhecidos como ativos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a OROC, se forem por ela controlados e se o respetivo valor puder ser mensurado com fiabilidade. Se estas condições não estiverem satisfeitas, os itens intangíveis são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis da OROC têm vida útil determinável. A amortização é calculada pelo método da linha reta, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados para o uso pretendido, de acordo com as vidas úteis estimadas seguintes:

Programas de computador – 3 anos

3.4 Imparidade dos ativos tangíveis e intangíveis

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que a quantia pelo qual o ativo se encontra registado é superior à quantia recuperável. Em 2013 não foram identificados eventos ou circunstâncias que indicassem a necessidade de se reconhecer quaisquer perdas por imparidade.

3.5 Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo histórico de aquisição. As saídas de inventários são reconhecidas de acordo com o método do custo médio ponderado.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é reposto quando deixam de existir os motivos que a originaram.

3.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e depósitos bancários, associados e outros valores a receber e a pagar e são reconhecidos pelo custo, sendo este um valor aproximado do respetivo justo valor dada a sua liquidez.

No que se refere aos valores a receber de associados, quando existem indícios de que tais valores têm risco de cobrabilidade é reconhecida uma perda por imparidade por contrapartida de resultados.

4. Comparabilidade

Os saldos apresentados em referência a 31 de dezembro de 2012, que abaixo se discriminam, não correspondem aos valores divulgados nos documentos de prestação de contas referentes a essa data. Esses valores foram, para efeitos das presentes demonstrações financeiras, deduzidos de recebimentos que já haviam ocorrido até àquela data mas que por não estarem ainda identificados haviam sido por lapso apresentados no passivo na rubrica de Outras contas a pagar. Em referência a 31 de dezembro de 2013 todos os recebimentos que estão ainda por alocar à conta corrente respetiva estão, para efeitos de apresentação do balanço, deduzidos aos respetivos saldos a receber. Assim, as quantias agora apresentadas são comparáveis. As reclassificações de quantias comparativas foram as seguintes:

Rubrica	Saldo referente a 31.12.2012 apresentado como quantia comparativa	Reclassificações de recebimentos por alocar	Saldo apresentado no ano anterior
Associados	154.629	-3.185	157.814
Outras contas a receber	49.264	-11.010	60.274
Outras contas a pagar	370.473	-14.195	384.668

5. Fluxos de caixa

Os movimentos e saldos das rubricas que compõe a caixa e seus equivalentes foi o seguinte:

Conta	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2.000	3.364.279	3.364.279	2.000
Depósitos à ordem	393.562	10.474.278	9.724.458	1.143.382
Outros depósitos bancários	2.385.135	4.584.988	5.100.000	1.870.123
Total caixa e depósitos bancários	2.780.697	18.423.545	18.188.737	3.015.505

A Ordem procede à entrega à companhia de seguros dos montantes referentes aos prémios das apólices de Grupo de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional de responsabilidade dos seus membros. Por sua vez procede à cobrança desses prémios junto dos membros respetivos. Os fluxos de entrega e de cobrança estão considerados como fluxos de caixa referentes às atividades operacionais. Esses fluxos foram considerados de forma desagregada por se terem observado diferimentos com alguma expressão entre o momento de entrega e os momentos de cobrança.

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.

6. Ativos fixos tangíveis

O movimento nas rubricas de ativos fixos tangíveis durante o período resume-se como segue:

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Out. Construções	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	TOTAL
Quantia bruta inicial	584.225	2.675.612	59.700	687.794	76.753	4.084.084
Depreciações acumuladas iniciais	0	772.309	59.700	656.824	74.880	1.563.713
Saldo no início do período	584.225	1.903.303	0	30.970	1.873	2.520.371
Aumentos do período	0	0	0	1.716	323	2.039
Aquisições	0	0	0	1.716	323	2.039
Diminuições do período	0	53.512	0	12.282	259	66.053
Depreciações	0	53.512	0	12.282	259	66.053
Quantia bruta final	584.225	2.675.612	59.700	689.510	77.076	4.086.123
Depreciações acumuladas finais	0	825.821	59.700	669.106	75.139	1.629.766
Saldo no final do período	584.225	1.849.791	0	20.404	1.937	2.456.357



7. Ativos intangíveis

O movimento desta rubrica durante o período foi o seguinte:

Descrição	Programas de computador
Quantia bruto inicial	343.099
Amortizações acumuladas	342.086
Saldo no início do período	1.013
Aumentos no período	1.230
Aquisições	1.230
Diminuições no período	963
Amortizações	963
Quantia bruta final	344.329
Amortizações acumuladas finais	343.049
Saldo no final do período	1.280

Os programas de computador mais relevantes a que se referem os ativos intangíveis são os relativos à aplicação para registo e controlo de atividade da profissão.

8. Inventários

Os inventários são relativos essencialmente a publicações técnicas cujo movimento durante o período foi o seguinte:

Mercadorias	31-12-2013	31-12-2012
Inventários iniciais	2.875	3.368
Compras	14.859	0
	17.734	3.368
Custo das mercadorias vendidas	310	493
Ofertas	8.610	0
Inventários finais	8.814	2.875

9. Associados

O valor a receber de associados em referência a 31.12.2013 ascende a 208.874 euros (no ano anterior: 203.634 euros) o qual é apresentado no balanço deduzido das perdas por imparidade estimadas no montante de 59.701 euros (no ano anterior: 49.005 euros). Assim, as quantias a receber totalizam 149.173 euros em referência a 31.12.2013 (no ano anterior: 154.629 euros).

As perdas por imparidade estimadas registaram durante o período o movimento seguinte:

Perdas por imparidade de associadas	2013	2012
Saldo no início do período	49.005	37.016
Perdas por imparidade reconhecidas no período	10.696	21.357
Reversão e anulação (por abate de saldos)	0	9.368
Saldo no final do período	59.701	49.005

10. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber detalha-se como segue:

Outras Contas a Receber	31-12-2013	31-12-2012
Devedores por acréscimos de rendimentos	5.380	15.861
Montantes dos prémios de seguros a receber	12.230	10.528
Devedores diversos	29.476	22.875
Total	47.086	49.264

O saldo de Devedores diversos inclui participantes em ações de formação, estagiários e outros, cujos créditos ainda não foram liquidados.

11. Diferimentos

As rubricas de diferimentos detalham-se como segue:

Natureza	31-12-2013	31-12-2012
Ativo – Gastos a reconhecer		
Seguros	4.755	4.756
Outros	7.975	12.428
Total	12.730	17.184
Passivo – Rendimentos a reconhecer		
Formação	1.615	10.715
Estágio	40.220	32.780
Inscrição no exame	48.620	43.830
Total	90.455	87.325

12. Provisões

Em 2013 foi recebida a quantia de 29.291 euros de IRC que havia sido retido sobre juros recebidos em 2012. Em consequência, está em estudo o enquadramento fiscal da questão e sobre se os juros recebidos pela Ordem estão ou não isentos de IRC. Dado terem sido obtidas opiniões divergentes e não ter sido ainda obtida uma conclusão em definitivo, foi constituída uma provisão pelo montante total recebido.

13. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos detalha-se como segue:

Natureza	31-12-2013	31-12-2012
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares	19.621	20.254
Imposto sobre o valor acrescentado	124	534
Contribuições para a Segurança Social	13.192	16.291
Total	32.937	37.079

Não existem dívidas em mora ao Estado ou outros Entes Públicos.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública estando os rendimentos da sua atividade isentos de IRC ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 55º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

14. Outras contas a pagar

Esta rubrica detalha-se como segue:

Natureza	31-12-2013	31-12-2012
Órgãos sociais, comissões e formadores	46.567	42.646
Credores por acréscimos de gastos	329.281	311.648
Fundo de Pensões (ver nota 20)	152.746	0
Credores diversos	6.507	16.179
Total	535.101	370.473

A rubrica de Credores por acréscimos de gastos corresponde ao seguinte:

Natureza	31-12-2013	31-12-2012
Remunerações a liquidar	76.652	72.171
Júri de exame	12.601	15.109
Comissões técnicas	1.463	871
CPROC	13.466	14.341
Formação contínua	14.776	9.875
Controlo de qualidade	86.070	165.817
Órgãos sociais	14.082	18.498
Comissão de estágio	2.352	3.477
IMI a pagar	1.963	5.465
Revista R A	5.852	0
Formação Angola	93.463	0
Outros	6.541	6.024
Total	329.281	311.648

O saldo da rubrica Formação Angola refere-se ao montante de despesas a liquidar em 2014 referentes aos serviços de formação prestados em 2013 à Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Trata-se de um débito de despesas por conta daquele organismo, sendo o seu montante totalmente compensado com a receita, não havendo, por isso, qualquer efeito em rubricas de resultados.

As quantias referentes ao controlo de qualidade correspondem aos trabalhos em curso iniciados na sequência do sorteio efetuado em 4 de julho de 2013 os quais incidem sobre os trabalhos concluídos pelos revisores ou sociedades de revisores no exercício de 2013.

15. Serviços prestados

O rédito reconhecido no período relativo a serviços prestados foi integralmente obtido no mercado interno e detalha-se como segue:

Natureza	2013	2012
Quotas	1.182.618	1.208.676
Ações de formação	468.758	536.333
Inscrição, estágio e outros	419.948	389.223
Total	2.071.324	2.134.232

16. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica compreende as seguintes naturezas de gastos:

Natureza	2013	2012
Trabalhos especializados	173.582	169.105
Honorários	641.332	720.454
Conservação e reparação	16.447	17.004
Materiais	73.935	64.965
Energia e fluidos	22.420	21.005
Deslocações e estadas	154.843	108.822
Rendas e alugueres	26.972	19.411
Comunicação	34.728	31.453
Publicidade e propaganda	14.647	1.107
Seguros	7.113	6.858
Limpeza, higiene e conforto	8.274	7.435
Condomínios	11.189	11.524
Outros	20.009	17.064
Total	1.205.491	1.196.207

A rubrica de honorários inclui as quantias relativas a pagamentos efetuados aos Membros das Comissões Técnicas e a outros profissionais liberais. Inclui ainda o montante de 9.128 euros (no ano anterior 13.146 euros) referente a gastos diretamente associados ao Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria.

17. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e não incluem benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo. Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:



Natureza	2013	2012
Remunerações dos Órgãos Sociais	99.008	110.120
Remunerações do pessoal	479.389	480.232
Encargos sobre as remunerações	98.787	96.672
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2.684	2.699
Outros gastos com o pessoal	4.696	3.060
Total	684.564	692.783

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem é de 24, sendo todas remuneradas.

Os Órgãos Sociais são eleitos e compostos por associados inscritos na Ordem. Os Membros dos Órgãos Sociais não auferem remunerações fixas, sendo atribuídas senhas de presença pelas reuniões em que efetivamente participaram. Os montantes respetivos detalham-se como segue:

Natureza	2013	2012
Assembleia Geral	1.227	1.045
Conselho Superior	2.350	3.718
Conselho Diretivo	51.029	52.279
Conselho Disciplinar	39.483	48.808
Conselho Fiscal	4.919	4.270
Total	99.008	110.120

18. Outros rendimentos e ganhos

Inclui o seguinte:

Natureza	2013	2012
Correções relativas a períodos anteriores	44.423	3.229
Multas	13.450	35.450
Juros	41.051	72.996
Patrocínios XI Congresso (ver nota 21)	27.285	0
Outros réditos	7.070	11.893
Total	133.279	123.568

As correções relativas a períodos anteriores incluem a quantia de 29.291 euros relativa a IRC reembolsado pela administração fiscal relativamente à qual foi constituída a provisão referida na nota 12.



19. Outros gastos e perdas

Inclui o seguinte:

Natureza	2013	2012
Correções relativas a períodos anteriores	1.621	7.489
Quotizações		
FEE	49.264	47.694
IFAC	25.239	24.489
CNOP	2.500	2.500
FCM	5.063	5.063
Diversas	752	640
Outros gastos e perdas	7.467	11.456
Total	91.906	99.331

20. Contribuições para Fundo de Pensões

A Ordem tem efetuado contribuições para fundo de pensões dos Revisores Oficiais de Contas, de acordo com os resultados gerados e as deliberações da Assembleia Geral. As contribuições já efetuadas para fundo de pensões foram as seguintes:

Contribuições	Quantia
Exercício de 2004, entregue em 2005	99.981
Exercício de 2005, entregue em 2006	123.000
Exercício de 2006, entregue em 2007	120.000
Exercício de 2007, entregue em 2008	121.500
Exercício de 2008, entregue em 2008	100.000
Exercício de 2008, entregue em 2010 (a)	124.253
Exercício de 2009, entregue em 2010	115.000
Total	803.734

(a) Inclui juros no montante de €2.753

Na Assembleia Geral de 28 de março de 2013, foi deliberada a entrega do montante de 150.000 euros por aplicação dos resultados de 2011 e 2012. Por motivos de oportunidade, não foi ainda efetuada a aplicação em Fundo de Pensões, comprometendo-se o Conselho Diretivo em proceder ao seu reforço pelo valor deliberado, acrescido dos juros vencidos desde essa data até ao momento em que tal reforço seja executado.



21. Impacto do Congresso no resultado do período

Os resultados do período findo em 31 de dezembro de 2013 estão influenciados por rendimentos e gastos afetos ao XI Congresso dos Revisores Oficiais de Contas na seguinte extensão:

Rubrica da demonstração dos resultados	Quantia
Serviços prestados	78 590
Fornecimentos e serviços externos	(82 793)
Outros rendimentos e ganhos	<u>27 285</u>
Impacto no resultado	<u>23 082</u>

22. Acontecimentos após a data do balanço

O Conselho Diretivo autorizou a emissão das demonstrações financeiras na sua reunião de 20 de fevereiro de 2014.

Não se verificaram acontecimentos após a data do balanço que requeiram ajustamento aos saldos e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras.



ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório

O Conselho Fiscal apresenta, nos termos estatutários, o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas aprovados pelo Conselho Diretivo para o exercício de 2013. O Conselho Diretivo e os Serviços prestaram os esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho Diretivo do dia 20 de fevereiro de 2014, na qual este aprovou o Relatório e Contas de 2013.

No seguimento nas análises efetuadas, o Conselho Fiscal entende que as contas apresentadas refletem a posição financeira e desempenho da Ordem relativo ao exercício de 2013. O Conselho Fiscal dá o seu acordo ao Relatório de Auditoria emitido.

Parecer

Face ao exposto no relatório, tendo em consideração o Relatório de Auditoria e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- 1- O Relatório e Contas apresentados pelo Conselho Diretivo, respeitante ao exercício de 2013, merecem aprovação;
- 2- A proposta de aplicação dos resultados, contida naquele relatório, merece igualmente aprovação.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2014

Luísa Anacleto
39-21
do. H. U.



RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 5.690.945 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.981.551 euros, incluindo um resultado líquido de 115.639 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, mapas de execução orçamental e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Ordem, o resultado das suas operações, a execução orçamental e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e



- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Directivo com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, a execução orçamental e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório do Conselho Directivo é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014



Pontes, Baptista e Associados, S.R.O.C.

representada por Luís Fernando da Costa Baptista